

O RETORNO DE JOAQUIM NICOLAU DE BRITO À ÁFRICA

O caso

O que fazia um escravo quando conseguia se libertar? Muitos dos que habitavam as fazendas se mudavam para as cidades. Outros permaneciam onde já moravam, com suas famílias e roças. Os libertos que moravam nas cidades continuavam dedicando-se às suas atividades, como sapateiros, quituteiras, cirurgiões-barbeiros... Mas alguns tinham um sonho especial: voltar para a África!

Nem todos os que queriam voltar para a África tinham nascido lá. Alguns apenas conheciam a África por ouvir histórias contadas por seus pais e avós. E nem sempre o lugar da África para onde queriam voltar era o lugar de onde eles ou suas famílias tinham saído. A África, para os libertos que queriam retornar, era símbolo de liberdade. Um lugar onde eles viveriam sem a marca da escravidão.

Mas... como os libertos conseguiriam chegar na África? Era preciso conseguir um navio, o que custava muito dinheiro. E para onde eles iriam, na África? O que fariam lá? Estes são os desafios que você vai enfrentar nesta atividade.

A tarefa

Seu nome é Joaquim Nicolau de Brito. Você é um africano liberto. Conseguir a liberdade não foi fácil, mas para você as dificuldades fazem parte da vida: quanto mais difíceis, mais estimulantes. Estamos em 1851, no Rio de Janeiro, e você está diante daquele que talvez seja o maior desafio de toda a sua vida: você quer voltar para a África. Só que não sozinho. Você está acompanhado de um grupo de mais de cem libertos, que precisa encontrar uma maneira de chegar a Cabinda, no litoral da África ocidental.

É preciso procurar ajuda! A quem você pode recorrer? Uma idéia que vocês tiveram na última reunião foi escrever uma carta para Lord Palmerston, pedindo apoio para a viagem. Esta é a sua tarefa nesta atividade. Você deve escrever uma carta para o governo inglês, explicando por que é tão importante que os britânicos colaborem com o retorno à África de tantos libertos. Mas, para que a carta seja convincente, tem muita coisa que você precisa saber.

Etapa 1: Por que retornar?

Pista 1

Antes de saber por que retornar, é preciso saber quantos africanos havia no Brasil neste período. Não eram poucos! Você já sabe que, desde o século 16, africanos eram trazidos à força para o Brasil para trabalhar como escravos. Veja, na tabela abaixo, o número de africanos desembarcados no Brasil no século 19. Compare com os outros portos de desembarque de africanos na mesma época.

Africanos escravizados desembarcados no século 19

Anos/Regiões	Europa	América do Norte	Caribe inglês	Caribe francês	América holandesa	Caribe dinamarquês	América espanhola	Brasil	África	Total
1801-1825	0	77.613	183.701	63.517	25.355	17.223	254.777	1.012.762	32.224	1.667.172
1826-1850	0	91	10.751	22.880	0	5.021	333.781	1.041.964	99.908	1.514.396
1851-1866	0	413	0	0	0	0	163.947	6.899	17.998	189.257
Total	0	78.117	194.452	86.397	25.355	22.244	752.505	2.061.625		3.370.825

Fonte: The Transatlantic Slave Trade Database Project: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>

Pista 2

Há registros de retornos de libertos para a África desde o século 18. No entanto, a maioria dos libertos que voltou para a África o fez ao longo do século 19. Eles embarcavam principalmente em Salvador e no Rio de Janeiro, as duas maiores cidades brasileiras e, não por acaso, as cidades

com a maior concentração de africanos na época. Observe na tabela, dentre o volume de viajantes que ia de Salvador para a África, a proporção de africanos libertos.

VIAJANTES PARA A ÁFRICA DESDE SALVADOR

ANO	AFRICANOS LIBERTOS	CRIoulos LIBERTOS	ESCRAVOS			OUTRAS NAÇÕES	TOTAL
1834	11	--	-4	-6	----	--	21
1835	413		22	7	7	4	453
1836	411		1	20	23	5	460
1837	41		6	20	11	2	80
1838							
1839							
1840							
1841							
1842	41		1	11	14	12	79
1843	18		3	25	25	7	78
1844	69		12	69	52	12	214
1845	24		3	23	27	15	92
1846	3		-	41	28	15	87
1847	51		1		26	18	96
1848	84		4	32	12	10	142
1849	---	----	1	34	12	8	55
1850	25	2	4	23	78		132
1851	104	22	--	20	50	7	203
1852	34	5	--	13	15	4	71
1853	57	9	--	8	4	7	85
1854	91	26	--	13	2	2	134
1855	62	13	2	18	3	1	99
1856	38	19	4	17	3	6	87
1857	77	38	--	5	4	1	125
1858	110	36	--	9	--	--	155
1859	--	--	--	--	--	-	
1860	33	7	--	4	5	2	51
1861	27	1	--	8	5	2	43
1862	48	21	---	4	1	--	74
1863	66	12	--	4	6	--	88
1864	33	9	--	11	--	--	53
1865	--	--	--	--	--	--	
1866	--	--	--	--	--	--	
1867	--	--	--	--	--	--	
1868	122	54	--	2	--	--	178
1869	89	49	--	2	--	3	143
1870	6	1	--	--	--	--	7

Observação: Para os anos destacados em negrito não foram encontrados registros.

Fonte: Mônica Lima e Souza, Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil (1830-1870). Tese de doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 120.

Pista 3

Por que, afinal, muitos africanos queriam retornar? Na década de 1830, a vida dos africanos libertos começou a ficar mais difícil do que já era no Brasil, principalmente na Bahia. Uma série de rebeliões escravas ocorridas desde 1807 espalhava o medo entre os senhores. Se eles tentavam controlar seus escravos, controlar os africanos libertos era tarefa mais difícil. Senhores pressionavam as autoridades para que controlassem a movimentação da população negra em Salvador, de modo a evitar que idéias de rebeldia se espalhassem por entre os escravos. Mas foi impossível. Em 1835, uma rebelião de grandes proporções, liderada por africanos, aconteceu em Salvador. A reação foi rápida: africanos foram violentamente reprimidos e foram criadas várias

leis e decretos para ampliar o controle sobre a população africana. Muitos foram imediatamente deportados para a África.

Pista 3a)

Veja o que disseram as autoridades na época:

“O espírito de rebelião e despeito que os libertos africanos acabam de manifestar neste país, requer imperiosamente que tratemos dos meios de restituí-los á sua pátria.” Resolução da Assembléia Legislativa da Província da Bahia

“A Assembléia Provincial da Bahia também recomendou à Assembléia Geral Legislativa, entre outras medidas de segurança, que o Brasil estabelecesse uma colônia na África ‘para onde possamos repatriar todo aquele Africano que se libertar, ou mesmo o liberto Africano que se fizer suspeito [...] à nossa segurança.”

Fonte: João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 479 e 484.

Pista 3b)

E o que decidiram as mesmas autoridades:

Lei no 9 de 13 de maio de 1835 – Assembléia Provincial Legislativa da Bahia

Artigo 1º

O Governo fica autorizado a fazer sair para fora da Província, quanto antes, e ainda mesmo à custa da fazenda pública, quaisquer africanos forros de um ou outro sexo, que se fizerem suspeitos de promover, de algum modo, a insurreição de escravos e poderá ordenar que sejam recolhidos à prisão, até que sejam reexportados [para a África].

Pista 4

As perseguições aos africanos libertos e as deportações para a África realizadas pelo governo da Bahia fizeram com que as vidas dos libertos em Salvador ficasse cada vez mais difícil. Muitos se mudaram para outras províncias, principalmente para o Rio de Janeiro. Outros começaram a pensar que a vida na África seria melhor do que aquela que estavam vivendo. Pelo menos, não estariam sempre sendo considerados suspeitos de estarem armando alguma revolta.

O trecho abaixo foi escrito por Ana Maria Gonçalves no romance *Um defeito de cor*. Kehinde, a personagem principal, é uma africana liberta que mora em Salvador e, depois da revolta dos Malês, começa a pensar na volta à África. Preste atenção no que ela diz. É ficção, mas quando a ficção é bem contada é melhor do que história real:

“Acho que comecei a pensar a sério na hipótese de voltar à África quando partiram os primeiros navios levando não apenas os que eram obrigados a retornar, mas os que tinham feito essa opção. O primeiro deles, o Maria Damiana, teve alguns dos tripulantes considerados verdadeiros heróis, mesmo depois de muito tempo da chegada à África. Quando atravessavam o mar, as histórias mudavam um pouco, e o que se comentava era que os principais líderes das revoltas da Bahia tinham sido condenados à morte ou estavam de volta à África, tidos como valentes demais para permanecerem escravos na terra de brancos, que os mandavam de volta porque não conseguiam domina-los. Logo depois do Maria Damiana partiu a galeota Annibal e Oriente, e com a notícia de que os escravos estavam sendo levados para uma colônia em África formada apenas por brasileiros, aumentou o número daqueles que queriam ir embora por vontade própria, sobretudo

para a região de Lagos ou Uidá. Na época, muito me interessaram todas as informações sobre essas partidas (...). (p. 552-553)

(...) fiquei imaginando se a África era realmente um bom lugar ou se apenas minhas lembranças eram boas. Foram tais pensamentos que me levaram aos sonhos que, por sua vez, me levaram de volta à África.” (p. 727)

Fonte: Ana Maria Gonçalves, Um defeito de cor. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Pista 5

Estudioso da cultura africana na Bahia, o médico e antropólogo Nina Rodrigues assistiu pessoalmente, já no final do século 19, ao embarque de africanos em Salvador. Veja o que ele escreveu a respeito:

Foi preso de bem profunda emoção, que assisti em 1897 uma turma de velhos nagôs e haussás, já bem perto do termo de sua existência, muitos de passo incerto e coberto de alvas cãs tão serôdias na sua raça, atravessar a cidade em alvoroço, a embarcar para a África, em busca da paz do túmulo nas mesmas plagas em que tiveram berço.

Fonte: Nina Rodrigues. Os africanos no Brasil. Brasília: UnB, 2004. 8ª edição, p. 119, citado por Mônica Lima, Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil (1830-1870). Tese de doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 68.

Agora você já está pronto para entender os motivos pelos quais alguns dos africanos libertos queriam voltar para a África. Ainda que Joaquim Nicolau de Brito não vivesse em Salvador, o clima de suspeita em relação aos africanos era grande também no Rio de Janeiro. Faça uma lista com estes motivos, para ir organizando seus argumentos.

Etapa 2: Por que os ingleses ajudariam?

Por que Joaquim Nicolau de Brito resolveu pedir ajuda justamente aos ingleses? E por que endereçar a carta justamente ao Lord Palmerston? Analise as pistas abaixo para entender as razões de Brito e adicionar elementos à sua carta.

Pista 1

Quando o Brasil ficou independente, a Inglaterra já estava profundamente envolvida na campanha pelo fim do comércio de escravos, que havia sido abolida no hemisfério Norte desde 1807. Desde 1808, quando a Corte portuguesa veio para o Rio de Janeiro, a Inglaterra pressionava o estabelecimento de leis visando ao fim do comércio de escravos. Em 1827, a Inglaterra e o Brasil assinaram o primeiro tratado visando à interrupção do comércio de seres humanos. Mas nada mudou. Com o tempo, a pressão inglesa foi aumentando, até que...

Pista 1a)

... em 24 de agosto de 1839, foi aprovado na Inglaterra o Bill Palmerston, um documento que concedia aos cruzadores britânicos o direito de verificar e apresar embarcações portuguesas suspeitas de tráfico negreiro. A lei fez com que se tornasse mais intensa a presença de patrulhas inglesas próximas aos portos de embarque da costa angolana.

Pista 1b)

Quem foi Lord Palmerston?



Lord Palmerston
Obra de domínio público

Henry John Temple, terceiro Visconde Palmerston, nasceu na Inglaterra em 1784 e morreu em 1865. Foi duas vezes primeiro-ministro da Inglaterra no século 19. É mais conhecido por ser responsável pela política externa britânica quando a Inglaterra estava no auge de seu poder, tendo sido também Ministro das Relações Exteriores. Nesta época, foi um grande opositor do tráfico de escravo.

Pista 1C) Apresamento de navio negreiro pela Marinha inglesa, em 30 de novembro de 1859. qual foram recapturados 847 africanos, trazidos de Cabinda, litoral da África Centro-Occidental. De acordo com David Eltis, o barco seria o Orion, que saiu do porto de Cabinda e parou na ilha de Santa Helena, no Atlântico, onde foi capturado e os escravizados que transportava enviados a Serra Leoa. Fonte: Slavery Images, University of Virginia www.hitchcock.itc.virginia.edu/slavery. e Monica Lima e Souza, Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil (1830-1870). Tese de doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 11.



Pista 2

Com quem os africanos costumavam contratar suas viagens do Brasil para a África?

Pista 2A)

Em 1836, George Jackson e Frederick Grigg mandaram uma carta para Lord Palmerston, ministro das Relações Exteriores da Inglaterra, onde diziam que...

"(...) soubemos que um número considerável, entre duzentos e trezentos, de africanos livres,

estão por embarcar para a costa da África, e que uma embarcação britânica foi fretada por eles, ao custo de 5 contos de réis, para levá-los a seu antigo lar – um ponto chamado Onim [Lagos], 3 a 4 graus ao norte da linha [do Equador].”

Fonte: On the return to Africa of liberated Africans from the Emilia. George Jackson and Frederick Grigg para Palmerston, 5 March 1836. Tradução de Monica Lima e Souza. Citado por Monica Lima e Souza, Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil (1830-1870). Tese de doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 147.

Pista 2B)

Em 1851, John Candler e Wilson Burgess, membros da sociedade religiosa quaker Religious Society of Friends, foram enviados ao Brasil em uma missão antiescravidão, para combater o tráfico negreiro. Veja o que os dois ingleses escreveram em suas memórias, no livro Narrative of a recent visit to Brazil to present an address on the slave trade and slavery issued by the Religious Society of Friends:

“Em 27 de novembro de 1851, ficou acordado entre George Duck, Mestre do brigue britânico chamado Robert, e Raphael Jose de Oliveira, africano livre, que o dito navio deverá receber neste porto, sessenta e três homens africanos livres (mulheres e crianças incluídos neste número) e suas bagagens, e devem prosseguir para a Bahia, e ficar lá, se requerido, por quatorze dias e então seguir para um porto seguro no Golfo de Benin na Costa da África, não ao sul de Badagry (o porto de destino será decidido na Bahia) e desembarcar os mesmos ao ser paga a carga, aqui neste porto, pela soma de oitocentos pounds em libras esterlinas, a serem entregues antes da saída do próximo paquete britânico. O mestre se compromete a fornecer para os ditos passageiros, sessenta pounds de carne de sol, dois alqueires e meio de farinha, e meio alqueire de feijão preto diariamente; um lugar para cozinhar e a necessária lenha a ser fornecida pelo capitão, meia pipa, ou seja sessenta galões de água a ser suprida diariamente. O mestre está autorizado a tomar qualquer carga ou passageiros e bagagem que for oferecido na Bahia em benefício do barco. Passageiros e bagagem devem estar a bordo antes do dia 15 de dezembro, 1851, e desembarcar em quarenta e oito horas, após da chegada do navio ao porto de destino. Multa pelo não cumprimento deste acordo, quinhentos pounds em libras esterlinas.”
“George Duck.” “Raphael Jose de Oliveira”

Fonte: John Candler e Wilson Burgess. Narrative of a recent visit to Brazil to present an address on the slave trade and slavery issued by the Religious Society of Friends. London: Friends Book & Tack Depository, 1853, p. 39. Tradução de Monica Lima e Souza. Citado por Monica Lima e Souza, Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil (1830-1870). Tese de doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 147.

Pista 3

Depois de passar boa parte de suas vidas no Brasil, africanos como Joaquim Nicolau de Brito haviam passado a se comportar como brasileiros, a ter hábitos e costumes de brasileiros. Eles falavam como brasileiros, comiam como brasileiros, se vestiam como brasileiros.

Pista 3A)

Estas fotos foram tiradas entre 1865 e 1870 em Lagos, na costa ocidental da África. Compare as duas e tire suas próprias conclusões acerca das diferenças entre os costumes levados pelas africanas libertas quando voltavam à África e os costumes africanos.



RETORNADAS E AFRICANAS

Legenda: imagem à esq.: Mulheres da comunidade brasileira de Lagos. Autoria não identificada. Imagem à dir.: Grupo de mulheres ioruba na mesma época, com roupas tradicionais, 'adirés' e panos-da-costa. Autoria não identificada.

Fonte: Carlos Eugenio Marcondes de Moura, A Travessia da Calunga Grande. São Paulo, Edusp, 2000, p. 642-643.

Pista 3B)

O cônsul britânico de Lagos em 1854 via com bons olhos o retorno de africanos do Brasil e de Cuba para a África!

“A adição desses africanos auto-emancipados do Brasil e de Cuba à população de Lagos é muito desejada, já que por seus hábitos industriosos e seus costumes e condições semi-civilizadas, formam um bom contraponto ao grupo ligado tráfico de escravos deste lugar, pois permanecem separados destes e não se envolvem nas velhas contradições e animosidades..”

Fonte: Rodolfo Sarracino, Los que volvieron a África. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1988, citado por Monica Lima e Souza, Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil (1830-1870). Tese de doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 114.

De acordo com as pistas que você leu, já deu para entender por que Joaquim Nicolau de Brito foi procurar justamente os ingleses para ajudá-los em sua empreitada, certo? Mãos à obra! Agora só falta saber o último detalhe: por que justamente Cabinda?

Etapa 3: Por que ir para Cabinda?

Pista 1

Para saber por que Cabinda, é fundamental saber antes onde fica Cabinda!

“O Reino de Cabinda acha-se situado na Costa Ocidental d’África, ao Norte do Rio Zaire do Congo, entre 5º e 6º de latitude sul e 12º e 12º30’ de longitude leste de Greenwich, aproximadamente. Estende-se no litoral, a contar do norte para o sul, da Bahia de Molembo, ponta sul, às barreiras vermelhas a oeste da povoação de Mamputo. Do Rio Lulondo à Bahia de Molembo geralmente conhecida com a denominação de Futila, era território pertencente aos príncipes do Cacongo; cedido em épocas anteriores a príncipes de Cabinda, e por estes já hoje governando. Das barreiras vermelhas a oeste e sul da povoação de Mamputo até Banana (Zaire) pertence atualmente aos príncipes Mussorondos; cedidos por príncipes de Cabinda em época próxima àquela em que os príncipes do Cacongo cederam àquelles o litoral do rio Lulondo à bahia de Molembo...”

Fonte: Relatório do primeiro delegado português em Cabinda, Jaime Pereira Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel, datado de 25 de maio de 1885, citado por Mario Antonio Fernandes de Oliveira. Angolana 1883-1997, v.II, Lisboa, 1971, pp.671-672, citado por Monica Lima, Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil (1830-1870). Tese de doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008.

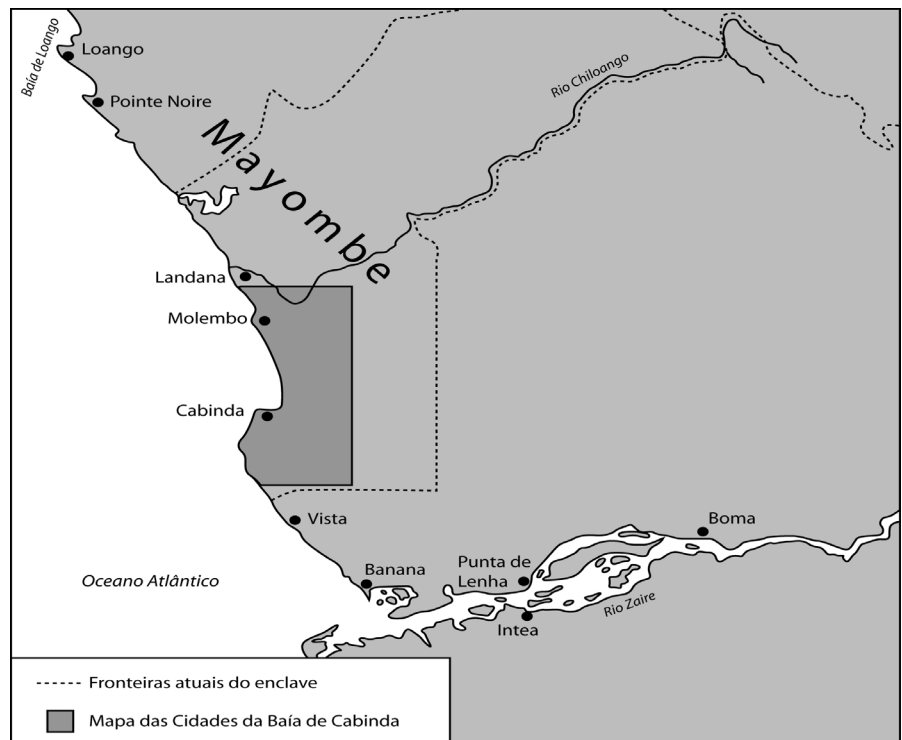


Veja o mapa para se situar melhor.

Fonte: Nathan Huggins, Martin Kilson, and Daniel Fox, eds., Key Issues in the Afro-American Experience (New York, 1971), p. 42
 Mapa disponível no site Slavery Images da Virginia University, <http://hitchcock.itc.virginia.edu>

NO DETALHE, AO PASSAR O MOUSE EM CIMA DE CABINDA:

Atenção: este precisa ser o mapa detalhe; quando o cursor passar por cima de Cabinda (logo abaixo de Loango) .



baía de Cabinda e o seu entorno no século XIX.

Pista 2

Segundo a historiadora Monica Lima, os retornos de africanos “se deram em direção à áreas que estiveram historicamente vinculadas ao comércio – sobretudo o comércio negreiro - entre as margens atlânticas. Dessa maneira, se pode deduzir que os libertos se dirigiam para aqueles lugares na África que haviam mantido conexões com a cidade de onde estavam partindo no Brasil. A região de procedência, muito mais ampla que o local de embarque, determinava o rumo da volta.” Monica Lima, *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil (1830-1870)*. Tese de doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 133.

Esta pista mostra a importância da região de Cabinda como porto de embarque de africanos escravizados para o Brasil. Veja: **Partidas de escravos de portos da África Centro-Occidental 1676-1832**

	Percentual
CABINDA 272.800	25,3
LUANDA 213.500	19,8
BENGUELA 205.500	19,1
MOLEMBO 116.600	10,8
CONGO 100.800	9,3
AMBRIZ 80.500	7,5
LOANGO 77.900	7,2
OUTROS 11.100	1

Fonte: LAW, Robin & STRICKRODT, Silke (eds.), *Ports of the Slave Trade (Bights of Benin and Biafra)*, Stirling: Centre of Commonwealth Studies, University of Stirling, 1999, p.21.

Pista 3

Durante o século 19, apesar de Cabinda fazer parte de Angola, colônia portuguesa, a presença inglesa na região era muito grande, causando incômodo aos portugueses. Portugueses e ingleses disputavam o controle pelo porto de Ambriz, bem perto de Cabinda. Como afirmou a historiadora Mônica Lima, “A região era uma área onde os portugueses não fixaram uma administração e o controle era feito pelos chefes locais, que tratavam também com outros europeus interessados. Havia a presença lusa, mas não dominante, e no século XIX, franceses e ingleses disputavam os contatos nessa costa. (...)” Mônica Lima, *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil (1830-1870)*. Tese de doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 160-163.

Solução: É TUDO VERDADE!

No dia 04 de agosto de 1851, o verdadeiro Joaquim Nicolau de Brito, liberto africano, enviou uma carta para as autoridades britânicas, explicando as razões pelas quais o grupo de libertos africanos que ele representava desejava fundar uma cidade em Cabinda, na costa ocidental da África. Este documento foi traduzido para o inglês e está arquivado hoje em Londres, no arquivo do Ministério das Relações Exteriores da Inglaterra (Foreign Office). O original em português nunca foi encontrado. Leia a carta na íntegra e compare com a que você escreveu.

Reasons upon which the freed Africans, residing in Brazil, ground their desire to go and lay the

foundation of the a town at cabinda on the West Coast of Africa.

“O melhor lugar para os libertos africanos e seus descendentes livres, residentes no Império do Brasil, irem e fundarem uma cidade é o lugar chamado Cabinda, no Sudoeste da África, porque os nativos daquele lugar tiveram, ao longo dos anos, o desejo de adquirir civilização européia, na latitude de 5 graus e 40 minutos ao Sul da linha [do Equador], porque os nativos daquele lugar há muitos anos manifestaram o desejo de fazer parte da Civilizaçõ Européia, e como prova disso eles enviaram seus filhos para o Rio de Janeiro e Pernambuco para aprender a falar, ler e escrever a Língua Portuguesa, e também querem que os homens de cor civilizados se juntem a eles, no propósito de ajudá-los a orientar uma população para uma forma civilizada de governo.

As pessoas que forem fundar a mencionada população, começarão cultivando a terra, plantando café, algodão, cana de açúcar, tabaco, índigo, mandioca, feijões, milho, e todo tipo de vegetais, tanto para consumo quanto para exportação, para estabelecer relações comerciais com todas as nações do mundo, porque o sistema será estimulante não só para os antigos habitantes de Cabinda, mas para aqueles do interior, para que se dediquem ao trabalho no campo e ao comércio, e gradualmente começarão a esquecer a prática ilegal de venderem uns aos outros aos traficantes de escravos.

Os africanos libertos acima mencionados juram perante os Sagrados Evangelhos que nunca foram donos de escravos, porque isso é contrário à lei de Jesus Cristo, reduzir nossos Irmãos ao direito de propriedade, cujo direito é somente permitido para as coisas e não para as Pessoas, e eles prometem fazer uma lei nesse sentido, para que seus descendentes não possam no futuro possuir escravos (...).

Eu abaixo assinado, representando meus companheiros, que estão especificados na lista entregue com este documento à sua Excelência o Primeiro Ministro Britânico, asseguro que é verdade tudo o que está escrito.

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 1851.

(assinado) Joaquim Nicolau de Brito

LISTA | Lista dos Africanos libertos que desejam fundar uma Colônia na África sob o patrocínio da Grã-Bretanha:

Pessoas

JOAQUIM NICHOLAS DE BRITO, VIUVO, COM 2 CRIANÇAS	3
ANTÔNIO PEIXOTO, ESPOSA E 3 CRIANÇAS	5
JOSUÉ PEREIRA DE SOUZA, ESPOSA E 3 CRIANÇAS	5
JOAQUIM JOSE LUIS, ESPOSA E 3 CRIANÇAS	5
JOÃO DA COSTA, ESPOSA E 5 CRIANÇAS	7
JOÃO JOSUÉ, ESPOSA E 3 CRIANÇAS	5
JOSÉ NICHOLAS DE BRITO, ESPOSA E 4 CRIANÇAS	6
FRANCISCO DE CARVALHO, ESPOSA E 3 CRIANÇAS	5
JOSÉ LEITE, ESPOSA E 2 CRIANÇAS	4
VENTURA PEDRO, ESPOSA E 2 CRIANÇAS	4
MATHEUS PEREIRA D'ALMEIDA, 3 CRIANÇAS	4
JOSÉ ANTONJO RODRIGUES, ESPOSA E 5 CRIANÇAS	7
MIGUEL JOSE DE AZEVEDO, 6 CRIANÇAS	7
DOMINGOS PEREIRA, ESPOSA, 4 CRIANÇAS	6
ANTÔNIO JOSE LUIS, ESPOSA E 5 CRIANÇAS	7
JACOB FERNANDES, ESPOSA E 4 CRIANÇAS	6
CAETANO DE SIQUEIRA, ESPOSA E 2 CRIANÇAS	4
SAMUEL JOSÉ DE MORAES, ESPOSA E UMA CRIANÇA	3
LUIS GUILHERME E ESPOSA	2
FERNANDO DE FREITAS	1
JOSÉ GOMES	1
NICOLÃO DOMINGUES	1
JOAQUIM DO ROZARIO	1
FERNANDO	1
JOÃO BRUNO	1
JOÃO DE SIQUEIRA	1
MANOEL DE SIQUEIRA	1

(solteiros: 11)

TOTAIS:

106 pessoas, das quais 60 crianças e 46 adultos, dos quais 16 mulheres na qualidade de esposas - não identificadas pelo nome, e 30 homens, dos quais 18 casados, 1 viúvo e 11 solteiros

Observações: a lista não está completa, com todos os nomes.

Curioso para saber o desfecho da história? Junto com o pedido de ajuda dos libertos africanos, foram encontrados a carta de encaminhamento do cônsul britânico no Rio de Janeiro a seus superiores e o despacho final das autoridades. Clique aqui para ler os documentos e conhecer o paradeiro de Joaquim Nicolau de Brito.

Carta 1

Carta de Hudson a Palmerston

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1851.

Meu Senhor,

Com referência ao despacho do Vosso Lorde assinalado sob o nº32 no dia 29 de abril, instruindo-me a fornecer mais informações e detalhar os arranjos para mandar para algum ponto da Costa da África um grupo de libertos congo e outros negros, (...), eu tenho a honra de relatar que as objeções levantadas por Vsa Excelência ao Plano que eu submeti ao Senhor consistem em 7 pontos:

- 1) que aparentemente nenhum arranjo foi feito em Ambriz para a recepção destes africanos;*
- 2) que eles não fizeram nenhuma compra ou acordo para comprar terras;*
- 3) que estes Imigrantes conseqüentemente seriam expostos a muitos riscos;*
- 4) que as diferenças entre eles, nativos e autoridades em Ambriz seriam muito grandes;*
- 5) que o Governo de Vossa Majestade seria responsável pelo que acontecesse a eles;*
- 6) que teria sido sugerido que alguém autorizado pelos imigrantes deveria previamente tomar providências para a chegada e estabelecimento deles;*
- 7) eles deveriam ser acompanhados por algum agente britânico cuja presença seria garantia suficiente para a segurança de todos.*

Eu peço permissão à Legação de Vossa Majestade para replicar os pontos acima.

Em relação ao primeiro ponto, em relação a Ambriz, que eles deveriam substituir Cabinda por outro porto de destino, eu replico que: o sobrinho do atual Chefe de Cabinda, que passou 30 anos no Brasil, irá acompanhá-los, porque eles têm muitos parentes e amigos em Cabinda já instalados lá e que os chamaram para se instalarem lá ao invés de em Ambriz; porque em Cabinda eles não encontrariam dificuldades de acomodação e suprimentos que eles achariam em Ambriz; e porque eles imaginam que a influência dos Traficantes de Escravos seria menor em Cabinda do que em Ambriz e que seria mais fácil para eles lidar com isso e derrotá-los lá.

Em relação ao segundo ponto, eles dizem que a compra ou acordo para procurar terra foi infelizmente desnecessário – infelizmente porque os bárbaros Africanos foram ensinados pelos Traficantes de Escravos a acreditar que o modo mais seguro de enriquecer era através da venda de Africanos, e que o cultivo do solo não trazia dignidade ao homem Livre – e esta é precisamente uma das idéias que eles pretendem destruir nas mentes de seus conterrâneos (...).”

Em relação ao terceiro ponto, eles desejam garantir ao governo de Vossa Majestade que serão responsáveis por qualquer risco que eles corram depois da chegada. Eles não parecem estar apreensivos com o que possa acontecer, e garantem com grande entusiasmo que os Africanos da Costa Ocidental são dóceis e tratáveis quando adequadamente instruídos e com bons exemplos perante eles. Mas os únicos exemplos que tiveram, até recentemente, foram os dos Traficantes de Escravos, que são mais selvagens, cruéis e bárbaros do que os bárbaros do interior. (...).

Eles enviaram a carta com a lista anexa das pessoas que estão ansiosas para ir de uma vez para Cabinda e que restringiram a lista às pessoas respeitáveis com suas famílias. Primeiro porque

eles escolheram os melhores trabalhadores, e depois porque suas famílias seriam um incentivo para o trabalho e o seu representante então me deu a carta que expõe os motivos pelos quais eles pretendem levar adiante a presente empresa. (...)

Tenho a honra, com o maior respeito,

Hudson

Carta 2

Palmerston a Hudson

XXX(?) sua Majestade requer que se façam arranjos para transportar estas pessoas para Cabinda e dar a elas provisões durante a viagem (...).

Deve-se instruir Mr. Hudson para fornecer a eles armas e munição e outras coisas que eles precisem para a viagem.

Palmerston, 12 de setembro de 1851.

Despacho oficial

Aprovado.

22 de setembro de 1851. (*)

(*) Tradução livre, Keila Grinberg.

Referências

Documentário Na Rota dos Orixás

Documentário Pierre Verger: mensageiro entre dois mundos

Projeto Cartas d'África - <http://www2.mre.gov.br/cartafrica/projeto.htm>

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Record, 2006. (romance)

OLINTO, Antonio: *A Casa da Água*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. (romance)

FREYRE, Gilberto. "Acontece que são baianos". *Problemas brasileiros de Antropologia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1973. 4ªed. p.263-313.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Baía de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX*. São Paulo, Corrupio, 1987. (1ªed: 1968)

COSTA E SILVA, Alberto. *Um rio chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/EdUFRJ, 2003.

CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha. *Negros, estrangeiros. Os escravos brasileiros e sua volta à África*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

GURAN, Milton. *Agudás. Os "brasileiros" do Benin*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

LIMA E SOUZA, Mônica. *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil. (1830-1870)*. Tese de Doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano. Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

BETHELL, Leslie Bethell. *A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos: A Grã-Bretanha, o Brasil e a Questão do Comércio de Escravos 1807-1869*. Brasília, Senado Federal, 2002.

Local: **Public Record Office, Foreign Office, Londres.**

Referência : **Slave Trade 106, Hudson to Palmerston 14/08/1851,F084/846**